



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRA~~X~~IS

ANO VIII - Nº 86 - NOVEMBRO/DEZEMBRO 2015



Exercício profissional
Saúde mental
Páginas 4 e 5

Instrumentos e técnicas
Laudos e pareceres
Páginas 12 e 13



Encarte especial
Calendário
2016

Rio 2016: Viva sua violação...

Este ano, o Rio de Janeiro se prepara para receber mais um evento de envergadura mundial: os Jogos Olímpicos. E, mais uma vez, a poucos meses da inauguração das obras capazes de abrigar um evento deste porte, não se dissipou ainda um clima geral de ambiguidade, insegurança e perplexidade – quando não de revolta – referente ao “legado” que a competição vai deixar para a cidade-sede.

O “mais uma vez” se deve ao fato de, nos últimos anos, ter se tornado quase rotineira a realização de eventos de nível internacional na cidade – e, com ela, também o questionamento de quais seriam os benefícios que tais eventos teriam legado ao Rio. Em uma escala visivelmente crescente: em 2007 foram os Jogos Pan-Americanos; em 2011, os Jogos Mundiais Militares; em 2012, a Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20); em 2013, a Jornada Mundial da Juventude; em 2014, a Copa do Mundo, com visibilidade mundial, recebeu atletas de 32 países. E finalmente, como coroamento da trajetória aparentemente vitoriosa da cidade tornada global, a realização dos Jogos da XXXI Olimpíada, com delegações de mais de 200 países, cerca de 80 chefes de Estado e público estimado em muitas centenas de milhares de pagantes.

Quanto ao legado, ele é, para dizer o mínimo, muito desigual. De um lado, para o atual governo, o grande empresariado da construção civil e os idealizadores do



projeto de cidade em curso, tudo não podia estar melhor no Rio... No plano do discurso, a cidade anteriormente violenta estaria agora em pleno processo de pacificação e retomada da prosperidade perdida, com as obras gerando empregos, o turismo movimentando milhões, as UPPs e o BRT tornando menos duro o cotidiano da população mais pobre.

De outro lado, esmagam-se os direitos dos antigos moradores da Vila Autódromo com o mesmo sorriso confiante com que se atrasam os pagamentos de alugueis sociais ou a entrega de apartamentos de programas habitacionais. Aqui, alocam-se milhões de reais aos Jogos e se distribui enorme parcela das terras anteriormente públicas da Barra da Tijuca a três empreiteiras (duas das quais investigadas na Operação Lava-Jato). Acolá, se oferece biscoito com refresco como merenda em escolas públicas e sufoca-se a importante e tradicional Universidade Estadual do Rio de Janeiro com cortes sucessivos de verbas. Enquanto isso, o

VLT (o “trenzinho” do Centro, uma das regiões mais valorizadas da capital do estado) é promovido a obra de interesse público e entra como prioridade zero dos investimentos governamentais.

Mas afinal, a vida é assim... Ou não é? Entre BRTs e remoções, a “nova classe média” (jeito novo de dizer que alguém é pobre e está endividado até o pescoço no crediário) continua descendo pela contramão... E com medo. Medo da violência do tráfico, da polícia e das milícias – cada vez mais mescladas e parecidas, as duas últimas. Medo de ver seu filho, abordado num ônibus a caminho da praia por agentes do Estado em nome do chamado “Plano Verão”, ir parar numa DPCA ou num CIACA sem maiores explicações. Medo de ter um parente “desaparecido” pela UPP mais próxima (vale lembrar: o índice de “desaparecimentos” subiu mais de 90% em áreas “pacificadas”...). Em resumo: medo, insegurança, ansiedade. E não tem legado, venha ele do Olimpo ou do simples dia a dia dos mortais, que arranque essa espinha da garganta.

A verdade é que o Rio de Janeiro, depois de certos contratemplos, voltou a ser um grande, um enorme negócio. E nos bons negócios, assim como nos Jogos, ganha quem pode mais. E esses não somos nós e nem é você que está lendo este jornal.

A Diretoria

PRAxis

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 86 - Novembro/Dezembro 2015

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Rodrigo Silva Lima

Vice-presidente: Denise Nicacio Pereira

1º Secretário: Carlos Felipe Nunes Moreira

2º Secretária: Márcia Denise de Canena

1ª Tesoureira: Carolina Cruz da Silva

2ª Tesoureira: Mônica Simone Pereira Olivar

Conselho Fiscal: Vanessa Bezerra de Souza, Christiane dos Passos Guimarães, Nelson Félix Lima Neto.

Suplentes: Eliane Santos de Assis, Glicia Nick de Oliveira, Sílvia Dabdab Calache Distler, Maria de Fátima Alves Canazaro Vasconcellos, Moara Paiva Zanetti, Vera Sodré de Araújo, Débora Rodrigues de Araújo, Carla Maria Diniz Fernandez

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Rodrigo Silva Lima, Nelson Félix Lima Neto, Carla Maria Diniz Fernandes, Sílvia Dabdab Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Caio Martins e Victor Neves, Célio Albuquerque, Rafael Lopes e Allan Botelho

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 – Centro – Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliâne Cardoso d’Almeida

Secretário: Jonis M. S. Felipe

Tesoureira: Eliana Ferez

Suplentes: Cristiano Correa Pessanha; Fernanda de Oliveira Monteiro; Natália Meritello

Seccional Sul Fluminense – Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 – Pontual Shopping – CEP 27261-050

Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Suellen das Chagas Bitencourt

Tesoureira: Paula Almeida Pereira

Secretária: Débora Tavares Rodrigues

Suplentes: Natália Reis de Oliveira, Fabioli Salvador da Costa, Cristiane dos Santos Alves

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

Estagiário de comunicação: Carolina Rodrigues

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset – **Tiragem:** 17.000 exemplares - **Data de impressão:** 21/01/2016

Notas

Feliz 2016!

A diretoria do CRESS-RJ deseja a assistentes sociais, estudantes de Serviço Social, a todos os trabalhadores do Conselho e demais companheiros em geral que coadunam com os valores do nosso projeto ético-político um 2016 repleto de realizações, tanto no campo profissional, pessoal, acadêmico e no âmbito da militância.

Muitos desafios nos esperam no próximo ano. E com certeza muita disposição para enfrentá-los, juntos, não faltará!

Que venha 2016!!!

Registro e anuidade

Militares irão pagar anuidade ao CRESS RJ

A partir de 2016, assistentes sociais que atuam exclusivamente no serviço militar, além de estarem inscritos e ativos no CRESS, deverão pagar anuidades ao Conselho Profissional os quais são inscritos, além de estarem sob a lei 8.662/93 - Regulamentação da Profissão, conforme as demais assistentes sociais.

A decisão de cobrança das anuidades de assistentes sociais militares foi do Conselho Federal de Serviço social – CFESS, tendo como base o parecer jurídico de sua assessoria jurídica.

Para ter acesso ao conteúdo do parecer jurídico número 12/15 acesse o nosso site e veja o documento na íntegra.

A anuidade paga ao Conselho é a única fonte de renda deste e possibilita ao CRESS exercer, além de sua função precípua, seu papel político junto à categoria e a sociedade através de suas comissões temáticas, seminários, cursos de ética profissional entre outras imprescindíveis atividades. Para saber mais sobre as ações do Conselho acesse www.cressrj.org.br.



CRESS RJ participa de escolha para Ouvidor da Defensoria Pública

Nesse ano o CRESS 7ª região participou do processo de escolha da lista tríplice para Ouvidor Geral da Defensoria Pública. A assistente social Lúcia Xavier, representando a ONG Criola, o bacharel em Direito Pedro Strozenberg, representando o Instituto Social de Estudos Religiosos e a assistente social Nathália Carlos da Silva, representando o CRESS 7ª Região foram, respectivamente, os mais votados, e o escolhido, da lista, foi pesquisador do ISER.

A Defensoria Pública é o órgão estatal que cumpre o dever constitucional do estado de prestar assistência jurídica integral e gratuita à população que não tenha condições financeiras de pagar as despesas destes serviços. Com o intuito de impulsionar uma ação, ainda mais, democrática e transparente por parte desse órgão, foi criada, por meio da lei complementar 112/2006, a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo da Ouvidoria Geral é o de contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria dos serviços e das atividades desenvolvidas pelo órgão. Essa inovação, no que diz respeito à garantia de direitos, amplia um canal de participação social de segmentos que vivem os impactos das desigualdades e significa uma estratégia efetiva de comunicação entre a instituição e a sociedade civil.

PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

Exercício profissional

Saúde mental: um campo em construção

A saúde mental, sobretudo a partir da reforma psiquiátrica da década de 1980, vem se consolidando cada vez mais como um importante campo de atuação de profissionais de Serviço Social na perspectiva crítica. A construção social acerca dos transtornos psíquicos ainda está pautada dentro da lógica do senso comum, onde o lugar da exclusão, do castigo e do preconceito está presente na vida de familiares ou de quem está ao redor desses usuários.

Assistente social e coordenadora da equipe técnica da unidade de internação de adolescentes e crianças do Hospital Psiquiátrico de Niterói, em Jurujuba, Alda Souza afirma que a maioria das famílias já chega cansada por tentar cuidar dessa questão apenas no âmbito das relações familiares.

“Separamos uma mini-equipe que fica responsável pelo acompanhamento dessa família, como referência. O importante é ouvir deles os limites que estão postos e poder colocar essa doença em parênteses. Até porque sabemos que a saúde mental em si é uma das expressões da questão social. Pouco tempo atrás se tratava transtornos mentais mais graves com hospício e exclusão. Há uma raiz histórica ainda recente que não podemos desconsiderar. O desafio é desconstruir esse lugar da clausura e trabalhar com a família de que tem uma criança ali que precisa ser cuidada”, relata.

Um lugar estigmatizado

“São nos atendimentos, no dia a dia, que se desconstrói essa concepção. As famílias chegam com suas vivências, concepções religiosas, de mundo. O saber técnico e o diálogo são indispensáveis num processo de construção coletiva”, afirma Alda.

“Procuo, desde a admissão do usuário, possibilitar que a família seja incluída nesse



“O desafio é desconstruir esse lugar da clausura e trabalhar com a família de que tem uma criança ali que precisa ser cuidada”

Alda Souza

atendimento. Porque as pessoas que possuem algum transtorno ou sofrimento psíquico já vem de um lugar de marginalização. A criança, por não ter autonomia plena, se nós não tivermos uma escuta sensível, qualificada, ela acaba sendo totalmente destituída de seus benefícios. Mas essa criança já tem desejos e vontades. Então procuramos junto com a família entender isso. Contar com todos os recursos que estão disponíveis para elas. Buscamos sempre um atendimento na perspectiva interdisciplinar”, explica, a profissional sobre a dinâmica da equipe.

Ainda de acordo com a assistente social, dar outro enfoque a essa questão, entender que a internação pode ser algo pontual, transpor os muros das instituições são

caminhos que as assistentes sociais não devem perder do horizonte.

“Não é só o momento do atendimento. São falas marcadas pela evasão escolar, trabalho infantil, pela violência física praticadas muitas vezes por quem deveria defender. A casa se torna o lugar do isolamento”, reflete Alda.

Conquistas do Serviço Social

Luciana Teixeira, assistente social e residente multiprofissional em saúde mental, analisa o campo da saúde mental como um lugar que os profissionais têm ganhado maior protagonismo. Sobretudo, após a reforma psiquiátrica e sua aproximação com os princípios do projeto ético-político da nossa profissão, os serviços oferecidos a usuários em sofrimento mental passam a enxergá-los de forma mais ampla. Mas Luciana lembra que esse é um processo que ainda está em consolidação.

“Antes estávamos subalternizadas ao médico e agíamos de forma burocrática, fazendo relatório para apoiar a alta da internação. Mas com a reforma, a categoria se afasta dessa posição e começa a assumir um lugar de discussão sobre a internação, análise social da condição de saúde e sofrimento desse sujeito, trazendo outro olhar, mais amplo, que vai além da questão biológica. Empoderar esse sujeito que não deve ter sua questão tratada apenas com os medicamentos, mas na inserção dele no território de subjetivação. O Serviço Social trouxe essa contribuição como um dos principais legados, a possibilidade de ele ser visto também enquanto cidadão”, contextualiza.

O compartilhamento de informações dos usuários dentro do território de atenção primária e a articulação com a rede também são apontados por Luciana Teixeira como possibilidades importantes na atuação profissional.

“Com a articulação do local onde o usuário está inserido, junto com as equipes de saúde, compartilhamos informações com esse cuidado. Com os hospitais psiquiátricos você

tinha um atendimento fragmentado. Hoje temos agentes de saúde, enfermeiro, médico de família, psicólogos, assistentes sociais entre outros. A recepção multidisciplinar consegue aprimorar a escuta do relato do usuário”, ilustra a assistente social ao falar da mudança de paradigma da saúde mental.

Saber é poder

Numa das ocasiões, um jovem acompanhado pela equipe técnica do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) recebeu um laudo que o encaminhava para o tratamento com eletrochoque.

“Era um caso já acompanhado há seis meses. O passo seguinte foi a elaboração de relatórios para as coordenações diretas, para discutir essa decisão. Enquanto assistente social consegui instrumentalizar os argumentos por meio desses documentos. Sempre depois das reuniões eu procurava me instrumentalizar embasada dentro de um histórico dos prontuários do paciente. Conseguimos reverter a situação com as próprias informações disponíveis na rede de atendimento. Por isso, é importante termos acesso ao histórico do usuário. A partir disso



“O CAPS é um espaço da política de saúde, com a estratégia de redução de danos, de cuidados, independentemente se você consegue ou quer parar ou não”

Magda Barreto

podemos avaliar se a situação pode ser continuada, por exemplo, com os recursos do local ou não. Acompanhamos também a internação para verificarmos se eles estão tendo seus direitos respeitados”, relembra Luciana.

Atenção na integralidade do sujeito

Os Centros de Atenção Psicossocial são unidades estratégicas em saúde mental para cuidado de pessoas com transtorno mental. Os locais oferecem atendimento interdisciplinar, composto por uma equipe multiprofissional que reúne médicos, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, enfermeiros entre outros.

No CAPS de atenção ao usuário de álcool e outras drogas, o CAPS-AD Mané Garrincha, a assistente social Magda Barreto, que atua no serviço há três anos, diz que o primeiro acolhimento realizado pelos diferentes profissionais da equipe interdisciplinar e pela equipe de recepção é individual. Seja o usuário que foi encaminhado por outro serviço ou por procura espontânea. Ela ressalta que ainda há certa confusão com o serviço prestado nas unidades com os narcóticos e alcoólicos anônimos.

“O N.A. é um grupo de ajuda mútua, não tem uma intervenção da saúde. Tem como princípio a prescrição da abstinência, os ‘doze passos’. Como se o único problema fosse a substância em si. A ideia é que o problema é a droga e se eliminou a droga da vida, limpou do seu corpo, o problema. Já o CAPS é um espaço da política de saúde, com a estratégia de redução de danos, de cuidados, independentemente se você consegue ou quer parar ou não. É a demanda construída com o usuário. É um sujeito que está sendo cuidado ali entendendo que não chegou só por conta do uso de alguma substância. Ele tem questões de desemprego, pobreza, família etc”, explica.

Além disso, a assistente social destaca os trabalhos desenvolvidos pela equipe de Serviço Social da unidade. Os grupos “Cidadania e Direitos”, “Roda de Conversa Atividades Externas” e “Grupo de Recepção” são as principais frentes de atuação em que é possível trabalhar diferentes questões trazidas pelos usuários atendidos pelo serviço. Violência, trabalho, autonomia, acesso a políticas públicas e lazer são alguns dos temas abordados. Esse trabalho, ressalta Magda, está relacionado com a integralidade do cuidado e aos Princípios da Reforma Psiquiátrica.

“Sou supervisora de estágio e também sempre fico muito próxima das assistentes



“O Serviço Social trouxe essa contribuição como um dos principais legados, a possibilidade de ele ser visto também enquanto cidadão”

Luciana Teixeira

sociais residentes multiprofissional. A participação no processo de formação contribui significativamente para pensar a sistematização da prática e construção de projetos e atividades desenvolvidas pelo Serviço Social. Ademais possibilita problematizar a minha atuação e reforçar o papel da profissão junto a equipe multiprofissional. Tendo em vista que em geral os CAPS são compostos por uma ou duas assistentes sociais, precisamos ocupar mais esse espaço”, finaliza.

Ameaça aos avanços

As principais entidades da política de saúde mental estão em alerta por conta da nomeação do novo Coordenador Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Os movimentos afirmam ser incompatível a posse de um gestor que já foi diretor do maior hospício da América Latina (o Doutor Eiras, de Paracambi, na Baixada Fluminense). O principal argumento é de que Valencius Wurch é contrário as ideias defendidas pela Reforma Psiquiátrica. O CRESS-RJ também se opõem a tal nomeação e apoia e participa das lutas encampadas pela Frente em Defesa do SUS e da Reforma Psiquiátrica.

Seccionais

Avaliação das ações de 2015



Volta Redonda

Das ações desenvolvidas ao longo deste ano, a seccional de Volta Redonda destaca o contato e a aproximação com a categoria da região e a criação da comissão de Seguridade Social como os pontos altos.

"A implantação da comissão de Seguridade Social na seccional traz muitos desafios, dentre eles contribuir com a comunicação entre as políticas públicas, ou seja, promover ações intersetoriais, sempre em defesa do trabalho crítico e qualificado de assistentes sociais em todos os campos de atuação. Avalio como um destaque pela forma de organização do trabalho que o grupo traz", destaca Suellen Bittencourt, coordenadora da seccional de Volta Redonda.

A comissão de Seguridade Social da seccional nasceu dos pontos em comum que eram discutidos dentro dos eixos de assistência social, saúde e previdência. "Percebemos ser necessário discutir estratégias conjuntas", pontua Suellen.

O trabalho da COFI também foi lembrado como primordial para as ações desenvolvidas em 2015, sobretudo as visitas programadas que percorreram os municípios da Costa Verde. Para o próximo ano, a expectativa é continuar com as visitas e realizar eventos devolutivos junto à categoria.

Outro destaque foi a reunião das assistentes sociais de Resende, que primeiramente se organizaram para discutir as demandas locais. Em seguida, a seccional conseguiu apoiar a criação de reuniões bimestrais. Isso fortaleceu os laços com a categoria na região.

As assistentes sociais da área da seccional também puderam refletir sobre as questões éticas que envolvem o exercício profissional durante o curso "Multiplicação", atividade do já tradicional curso Ética em Movimento.

"O curso é uma possibilidade de capacitação para profissionais que estão longe da academia. E funciona como uma via de mão dupla: a categoria traz suas reflexões cotidianas e o módulo potencializa o pensar e o agir dentro de cada espaço. Esperamos que esse curso aconteça com maior frequência em 2016 e com cada vez maior participação da categoria", conclui Suellen.



Campos dos Goytacazes

Com foco na atuação profissional durante o ano de 2015, a seccional desenvolveu ações baseadas no compromisso coletivo e público com as demandas sociais e na qualidade dos serviços prestados à população.

De acordo com Eliana Feres, diretora da seccional, um dos destaques ficou por conta da visita realizada, junto com o Comitê de Prevenção e Combate a Tortura-RJ, aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. O objetivo era detectar casos de violação de direitos caracterizados, inclusive, por atos de tortura cometidos no âmbito institucional.

"Após a visita foram diversas as atividades, desde roda de conversa com equipe técnica, reunião no Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Campos, participação em ato público pela não redução da maioria penal, encaminhamento do relatório aos conselhos da região e realização de encontro interdisciplinar sobre medidas socioeducativa em parceria com CRP", destaca Eliana.

Ainda de acordo com a assistente social, outra frente de atuação importante foi a participação da seccional em mesas de aberturas das Conferências de Assistência da Região (Campos e Macaé). Na ocasião a seccional e assistentes sociais, através da Comissão de Assistência Social, vestiram camisas com os dizeres "Luto pela assistência social".

A realização do curso Ética e Exercício Profissional está prevista para 2016. Curso já realizado nos núcleos "Construção e Movimento" e "Integração e Liberdade".

Para finalizar Eliana lembra: "O Conjunto CFESS/CRESS tem como atribuição precípua a orientação e a fiscalização do exercício profissional de assistentes sociais e trabalha de forma democrática e articulada junto à categoria. Todas nossas ações têm em vista a garantia da qualidade dos serviços prestados à população. A participação das profissionais de Serviço Social nas atividades realizadas pelo seccional é, nesse sentido, fundamental".



Conjunto CFESS/CRESS

Resolução padroniza pesquisas no CRESS-RJ

Pela própria natureza da instituição, o CRESS-RJ condensa um grande volume de informações e dados sobre o exercício profissional. Pelo Conselho passa a dinâmica da atuação de assistentes sociais ao longo de décadas, seja através das ações de orientação e fiscalização, das reuniões das comissões temáticas ou do registro profissional.

No entanto, a ausência de regulamentação em relação ao acesso a esse verdadeiro acervo chamou a atenção da estudante de Serviço Social Carolina Moraes, estagiária do CRESS-RJ entre setembro de 2014 e julho de 2015. Surgiu, dessa observação, juntamente ao ex-assessor de diretoria do CRESS-RJ Jefferson Ruiz, o Projeto "Arquivo Aberto".

O resultado final do Projeto deu origem à Resolução CRESS-RJ nº 114/2015 que dispõe sobre diretrizes e procedimentos de pesquisa no Conselho.

"Começamos a colocar em prática a metodologia que pensamos. Desde o início percebemos que se fazia necessário localizar as principais demandas de pesquisa. Aprofundar esta relação, com o CRESS disponibilizando informações, interessa tanto às instituições de ensino superior como às comissões do Conselho. Para o mapeamento das universidades, tivemos que fazer um levantamento de todos os cursos de Serviço Social do estado. Fossem eles de natureza pública, privada ou de modalidade à distância, para enviarmos os formulários de pesquisa que serviram como subsídio para construção da Resolução que foi o objetivo final do projeto", resume Carolina.

CRESS/RJ ARQUIVO ABERTO

**Regulação dos procedimentos
para pesquisa do acervo**



Conselho Regional de Serviço Social
CRESS/7ª Região - RJ



De acordo com Jefferson, universidades e demais pesquisadores já procuravam o CRESS em busca de informações. Contudo, não havia um procedimento sistematizado para analisar cada pedido.

"Projetos e programas de pesquisas ligados a universidades podem possuir uma análise mais profunda sobre cada política social: o que a legislação prevê, quais são as potencialidades e desafios, por exemplo. Mas muito dificilmente as universidades têm acesso às informações que o Conselho possui sobre as dificuldades cotidianas que assistentes sociais vivenciam para sua ação em determinada política. Isso é mais comum acontecer dentro dos CRESS porque as comissões debatem permanentemente esses temas. Nas universidades você tem um ou outro projeto de pesquisa e extensão que chega a esse pormenor. Os CRESS tendem a reunir estes dados com maior qualidade", analisa.

De certa forma a experiência do "Projeto Arquivo Aberto" contribuiu para uma discussão para além das fronteiras do Rio. O texto da Resolução foi enviado para outros CRESS. O CFESS também recebeu o documento para apreciar como ele pode contribuir para a deliberação nacional que prevê que o Conjunto se debruce sobre os desafios éticos que envolvam

pesquisas relacionadas aos materiais dos Conselhos.

"O reconhecimento de que os CRESS têm informações que são importantes e que podem influenciar no exercício profissional já é de extrema importância. Mas isso ainda não tinha sido normatizado e uma das dificuldades é a questão do sigilo", explica Carolina.

Outra demanda das solicitações de informações ao CRESS é sobre o mercado de trabalho para profissionais de Serviço Social.

"Assistentes sociais têm expectativa em saber, a partir dos dados de inscrição no Conselho, por que o Serviço Social cresce tanto no Brasil. Nós saímos de 60 mil profissionais em 2001, para cerca de 140 mil em 2015. Certamente um dos maiores crescimentos profissionais no país e um dos maiores do mundo. Em números absolutos só perdemos para os Estados Unidos", afirma Jefferson.

A Resolução explica como o pesquisador vai ter acesso às informações e quais são os compromissos com o CRESS. Jefferson e Carolina esperam que esta parceria funcione como via de mão dupla e que os resultados das pesquisas possam se tornar públicos, para contribuir com as reflexões profissionais.

Balanço

CRESS-RJ sai de 2015 fortalecido

O cenário político em 2015 deixou à mostra uma série de medidas de endurecimento de setores conservadores da sociedade. O Projeto de Lei 4.330, que fragiliza ainda mais as relações de trabalho, votação sobre a redução da maioria penal, o Projeto de Lei “antiterrorismo” – que na prática criminaliza as manifestações públicas dos movimentos sociais – e a “Agenda Brasil” são alguns exemplos das ameaças de retrocesso que rondam o país.

A partir deste contexto, o atual presidente do CRESS-RJ, Rodrigo Lima, relembra as ações desenvolvidas pelo Conselho e extrai delas as lições que devem nortear 2016. O Mês de Maio, os Encontros Regional e Nacional CFESS/CRESS e outra série de atividades foram pensadas como ações de enfrentamento neste cenário adverso. Todas essas medidas apresentaram um importante debate sobre as atuais e antigas expressões do conservadorismo e o que essas requisições trazem à profissão.

“Esse ano de 2015, observamos diversas contradições no cenário político. Mas não há nas entidades do Serviço Social nenhuma postura golpista ou reacionária em relação a esse governo. Mas também não temos ilusões em relação a ele. Fazemos uma crítica contundente seja ao governo federal, estadual e municipal, mas não partimos das mesmas premissas desses seguimentos que bateram painéis ou vestiram verde e amarelo nas ruas. De maneira geral, fica um recado bastante contundente: não podemos, enquanto assistentes sociais, perder a defesa das garantias de direitos de nossos usuários. Mesmo em um momento que possa ser tão controverso”, avalia.

Apesar disso, Rodrigo enxerga um processo articulado entre os diversos movimentos sociais e entidades de classes que ocuparam as ruas, sob a forma de manifestações e greves, como respostas às ofensivas dos setores dominante da sociedade.

“Mesmo vivendo essa a crise e o ajuste fiscal nós tivemos uma rearticulação de seguimentos da esquerda. Buscamos pontuar aos governantes as insatisfações e descontentamentos da classe trabalhadora. Vimos seguimentos de movimentos sociais indo à rua pela saúde pública e pela garantia de uma sociedade efetivamente democrática. Além de movimentos grevistas com números robustos de participação de professores e funcionários de escolas e universidades, servidores públicos estaduais e



“Não podemos, enquanto assistentes sociais, perder a defesa das garantias de direitos de nossos usuários. Mesmo em um momento que possa ser tão controverso”

Rodrigo Lima

federais e bancários. Recentemente vimos o governo do estado não pagando o décimo terceiro de seus servidores, fechamentos de escolas estaduais, precarização e privatização na saúde etc. Há um descontentamento muito grande com os rumos políticos dos governos e com as contradições da relação entre capital e o trabalho”.

Outra importante política de atuação de assistentes sociais, a defesa dos direitos da população LGBT, também foi campo de batalha. A tentativa da aprovação do “Estatuto da Família”, que restringiria o conceito a um “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher” e a grave crise do Programa Estadual Rio Sem Homofobia, com inúmeras demissões de assistentes sociais foram os dois principais golpes.

“Os movimentos homoafetivos tiveram inúmeras questões que os atingiram. O Conjunto CFESS/CRESS esteve muito antenado com essas lutas e acho que fica um desafio. Porque existe uma tendência de enrijecimento maior das leis, ou melhor, a perda de diretos. Não é a toa que esse fatídico estatuto da família vem com uma lógica de reduzir concepções de família e impedir que esse segmento possa se constituir enquanto tal. Mas não é só essa luta. As violências físicas e psicológicas e as mortes que essa população ainda sofre merecem muita atenção”.

Ainda em alerta

O Plano e a Operação Verão violaram direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quando as praias da Zona Sul do Rio de Janeiro foram “fechadas” ao acesso de jovens pobres moradores de favelas.

Neste episódio, assistentes sociais da política de assistência social do Rio de Janeiro, ligadas à secretaria municipal de desenvolvimento social (SMDS) foram convocadas para participar de ações conjuntas com a Polícia Militar.

“Quando eclodiu essa situação, o CRESS chegou a participar de reuniões com representantes da secretaria de Segurança Pública do estado e da prefeitura e mostrou a contradição de algumas temáticas. Mas eles argumentaram que a mídia cobrava muito da polícia e isso causava um grande desgaste. Como pode uma política de governo ser pautada pelos veículos de comunicação? Esses veículos têm interesse privado e terminam dando as pautas das ações do poder público. Isso abriu precedentes, por exemplo, para a distorção do conceito de comunidade. Implicitamente estavam sinalizando que os moradores da favela e regiões periélicas só têm direito a circular dentro das áreas onde eles vivem”, contesta Rodrigo.



“É preciso fortalecer a organização de assistentes sociais e de seus usuários”
Rodrigo Lima

Ainda no campo da criança e do adolescente, Rodrigo não desconecta o fato do cerceamento das praias à questão em torno da redução da maioridade penal.

“Essa tentativa não mostra apenas a luta de seguimentos conservadores que a todo o tempo insistem em culpabilizar jovens, ligando a questão de uma suposta redução da violência à proposta de redução da maioridade penal. Tentam dizer que o ECA é o grande culpado pelo aumento da violência. Desconectando assim aspectos relacionados a vidas dessas crianças, de suas famílias e das questões macroestruturais. Muitos crescem sem acesso a creche, escola e espaços de lazer, por exemplo. Por vezes, ainda sofrem com violações de direitos desde a primeira infância”, argumenta.

As articulações

Para Rodrigo, o CRESS-RJ tem sido um elo importante entre assistentes sociais e movimentos sociais, conselhos de direitos (em especial os de saúde e de assistência social) e os diversos fóruns de participação. Além de todo o trabalho burocrático, político e administrativo que os conselheiros precisam dar conta, como a melhoria no atendimento à categoria e a criação do plano de cargos e salários para os funcionários do conselho.

“Precisamos pensar o CRESS de fora para dentro também, nas relações com outros conselhos, universidades, entre outros atores da sociedade. A ENESSO e a APEBESS estão muito articuladas conosco, mas podemos potencializar ainda mais essa relação. Criamos inúmeras ações com os núcleos e seccionais, pois essa é a possibilidade que nós temos de saber das demandas que não são da sede. O CRESS consegue, através deles, ouvir a categoria e levar a possibilidade de discussão não apenas durante a realização de cursos e atividades, mas de fortalecimento do que

entendemos como organização política da categoria”, afirma.

As perspectivas de 2016

Assim como os meses que antecederam a realização da Copa do Mundo em 2014, a expectativa aponta para uma política ainda mais segregadora com as Olimpíadas, em agosto de 2016. As lembranças das remoções e manifestações contra a realização de megaeventos esportivos ainda estão vivas.

“Vai ser um ano de muita luta, de questionamento da ordem vigente. O CRESS teve a oportunidade de se preparar para esses desafios, ao longo de nossas atividades comemorativas do Mês de Maio, onde discutimos inúmeras temáticas relacionadas ao Serviço Social e as atribuições e competências da profissão, mas tendo como pano de fundo a articulação com os aspectos estruturais. Chegaremos em 2016 mais preparados e fortalecidos para perceber os compromissos éticos, princípios inegociáveis da profissão. Vamos ter que conjugar nossas competências e atribuições profissionais às mediações necessárias para perceber as novas exigências do mundo do trabalho, com esse cenário de profundo desrespeito às políticas sociais”, afirma.

E para finalizar Rodrigo deixa um recado à categoria: “É preciso fortalecer a organização de assistentes sociais e de seus usuários. À medida que estimulamos uma profissional a vir participar do espaço do CRESS, potencializamos cada profissional em seus espaços de trabalho e, conseqüentemente, potencializamos a organização dos trabalhadores e dos usuários. Reiteramos a defesa de políticas públicas e por direitos humanos. O CRESS-RJ se coloca como uma entidade na sociedade civil que defende fervorosamente essas bandeiras”, conclui.

Pergunte à COFI

Questões mais recorrentes em 2015

Se o edital de concurso público estiver de acordo com a Lei das 30 horas e não oferecer o piso salarial estadual, o que fazer?

A lei estadual que rege o piso salarial das categorias de nível superior, entre outras, se refere aos trabalhadores contratados, excetuando os servidores públicos municipais, que possuem regimes próprios de contratação. A Lei Complementar 103/2000, que autoriza os estados a instituir o piso salarial estadual, determina que o piso não será exercido sobre a remuneração dos servidores municipais. Por isso, ainda encontramos prefeituras oferecendo remuneração dos servidores municipais abaixo do piso estadual. Deve então o aprovado acionar seu sindicato para intervir. Além de possuírem a legitimidade jurídica para tal, os sindicatos são as entidades protagonistas pela organização da luta em torno da questão salarial.

Pesquisando por concursos públicos, encontrei o edital de um município solicitando apenas o ensino médio para o cargo de assistente social. O que o CRESS faz neste caso?

Assim que o CRESS toma conhecimento do fato, a COFI encaminha ofício à empresa organizadora, solicitando que o edital seja retificado, orientando o fato de ser uma profissão de nível superior regulamentada com atribuições e competências previstas em lei. Caso a instituição não atenda as solicitações, cabe denúncia ao Ministério Público Federal.

Sou voluntária em uma instituição religiosa. Posso receber estagiários para supervisão?

A atuação como voluntária, em instituição religiosa ou não, pressupõe a ausência de vínculo empregatício. Logo, assistentes sociais nesta condição não podem exercer a supervisão de estágio. De acordo a Resolução CFESS Nº 533/08, Artigo 5º: "A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por assistente social funcionária do quadro de pessoal da instituição em que se ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9º da lei 11.788/08, na mesma instituição e no

mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente". As demais competências e atribuições privativas podem ser exercidas por voluntárias. Neste caso, está submetida às mesmas legislações normativas que assistentes sociais com vínculo empregatício, entre elas a Lei 8662/93, o Código de Ética Profissional e as demais resoluções e orientações do Conjunto CFESS/CRESS, que podem ser conhecidas no site do CFESS (www.cfess.org.br).

Quando devo usar o número do meu CRESS nas assinaturas?

Em todas as manifestações profissionais por escrito. O Código de Ética Profissional, em seu Art. 3º, afirmar que é dever da assistente social utilizar o número do registro profissional quando do exercício da profissão. Portanto, é direito das instituições, profissionais e usuários terem ciência do número do registro no CRESS do estado, no qual a assistente social atua. O não fornecimento constitui infração ética. Isso também vale para documentos internos do Serviço Social. A COFI já identificou que muitas equipes de Serviço Social trabalham em escala de plantão, e alguns leigos assinavam ilegalmente como assistente social sem que os demais membros da equipe sequer desconfiassem que se tratava de exercício ilegal da profissão. O número do CRESS é a prova de que a profissional é de fato assistente social. Caso tenha dúvidas em relação a uma profissional, qualquer cidadão pode acessar essa informação no site do CRESS-RJ (www.cressrj.org.br). No link Registro e Anuidade, clique em Assistentes sociais inscritos. Ao selecionar a opção do CRESS/7ª Região (ou qualquer outro), pode-se fazer a busca pelo nome da profissional ou pelo número do registro. Neste último caso, deve-se digitar "ASXXXXX (número do CRESS)", tudo junto.

Me formei, mas ainda não tenho nenhum emprego à vista, mesmo assim preciso dar entrada no meu registro profissional?

Para exercer a profissão de assistente social a profissional tem o dever de se registrar no CRESS da sua área de jurisdição. Caso não o faça, a situação se configura como exercício ilegal da profissão. No entanto,

nos períodos em que esta profissional não estiver exercendo a profissão, não há a obrigatoriedade em se inscrever ou permanecer com o seu registro no CRESS ativo, podendo solicitar, a qualquer tempo e respeitando esse critério, a inscrição, cancelamento ou reinscrição. Cabe sinalizar, porém, a obrigatoriedade de manutenção de inscrição ativa no CRESS nos casos em que a assistente social estiver exercendo funções ou atividades de competências e/ou atribuições da profissão, ainda que contratada sob outras nomenclaturas, ou seja, sob "cargos genéricos" (analistas, consultoras, etc), conforme Resolução do CFESS 572/10.

Trabalho em um CRAS junto com profissionais de outras categorias e estamos usando o Prontuário SUAS para registrarmos os atendimentos e demais informações dos usuários. Todos os profissionais do CRAS têm acesso aos arquivos e estamos preocupados com a questão do sigilo profissional. O que nós podemos fazer?

O Conjunto incentiva o trabalho em equipes multiprofissionais como possibilidade de atendimento qualificado. No entanto, o uso do prontuário deve ser restrito ao registro de informações que são importantes à continuidade do trabalho realizado pelos demais profissionais. Ou seja, o registro do atendimento realizado bem como outras informações que a profissional tome conhecimento que sejam de caráter sigiloso deve ser compartilhado apenas entre os profissionais de Serviço Social em ficha própria e arquivada em local, onde somente tais profissionais tenham acesso. Conforme determina a Resolução CFESS nº 493/06, que define as condições técnicas e éticas para o exercício profissional de assistentes sociais. Nunca é demais orientar que a Resolução CFESS nº 556/09 define, no seu artigo 2º, o que é material técnico sigiloso e, no seu artigo 4º, o que é material técnico do Serviço Social. Caberá à instituição garantir condições objetivas para que este material sigiloso esteja somente sob os cuidados do Serviço Social e não seja violado por quem não seja assistente social, conforme determinado na Resolução.

COFI

COFI analisa as ações de 2015

Ao longo do ano, a COFI realizou visitas de rotina, seja pelo acionamento de alguma profissional, ou até por demandas de usuários. Além disso, a Comissão prosseguiu com as visitas programadas que ocorreram nos equipamentos de Assistência Social do estado do Rio de Janeiro. Este ano, a COFI realizou essas visitas nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Também realizou o Encontro Devolutivo, fruto das visitas ocorridas no ano de 2014 no município de Itaguaí. Para o ano de 2016 já está previsto o Encontro Devolutivo em Mangaratiba.

Outras ações desenvolvidas foram as reuniões e debates com as equipes de Serviço Social como desdobramentos de visitas da COFI. Todas essas frentes possuem o mesmo objetivo: orientar e fiscalizar o exercício profissional de assistentes sociais.

A fiscalização e o acompanhamento de editais de concurso exigiu a atenção da COFI. As demandas não chegaram somente pela categoria, mas as próprias agentes fiscais acompanharam determinados editais. Na fiscalização de editais, as questões mais recorrentes são a carga horária, questões salariais (que, lembrando, é de competência legal de entidades sindicais e não do CRESS) e com maior destaque as atribuições de assistentes sociais que são atribuições para atividades completamente alheias à profissão.

“Para evitar essas confusões tentamos fazer a intervenção antes que o concurso aconteça. O correto, segundo a Constituição do estado do Rio de Janeiro, seria as organizadoras de concurso público entrar em contato com o CRESS, encaminhado o edital antes de ser publicado para verificarmos o que está dentro da conformidade. Observamos também que muitas denúncias encaminhadas à COFI não são de nossa competência, ou seja, é fiscalizar quantidades de questões da prova, tempo em que avaliação é aplicada, questão salarial, por exemplo”, explica a agente fiscal Rhossane Pereira.

Precarização das relações

Assim como a queda de uma peça de dominó enfileirada ocasiona o desmoronamento de todo o conjunto, a coordenadora da COFI Vanessa Bezerra enxerga no ajuste fiscal e na crise político-econômica o fio condutor da precarização das relações de trabalho. Isso tem impactos

também no processo de formação que, a médio e longo prazo, culmina na inserção de assistentes sociais com sérias lacunas acadêmico-profissionais no mercado de trabalho.

“A precarização reflete os impactos da crise que vivemos, sobretudo, no ano de 2015. O Serviço Social não é uma ilha e nós somos afetados por essas questões. Temos vivido realidades na profissão que não vivíamos há alguns anos. Por exemplo, aumento da privatização na área da saúde, Organizações Sociais junto com funcionários públicos, diminuição das equipes pelo enxugamento ocasionado pela falta de investimentos nas políticas pública e social. Toda essa conjuntura própria do neoliberalismo rebate diretamente na formação profissional e no mercado. Isso impacta, ainda, no próprio trabalho da equipe da COFI”, analisa Vanessa.

Estreitamento entre COFI e comissões

A aproximação com as comissões temáticas começou quando a COFI percebeu nas demandas características específicas de determinada área. Uma denúncia sobre o espaço urbano pode ser melhor trabalhada junto com a comissão de direito à cidade, por exemplo, e vice e versa.

“O diálogo com as comissões temáticas enriquece a orientação à categoria. Também vimos buscando uma maior aproximação com outros conselhos profissionais, como o Conselho Regional de Psicologia (CRP). Realizamos reuniões e visitas conjuntas. Às vezes identificamos uma irregularidade que

tem a ver com várias profissões ao mesmo tempo”, afirma Rhossane.

Orientação à categoria

“A COFI percebeu a necessidade de estimular as equipes de Serviço Social a elaborarem seus projetos de intervenção. Porque nós entendemos que esse é um documento que norteia o fazer profissional. Mas que também dialoga com o empregador. Serve como recurso de resistência à imposição da instituição a determinadas atribuições que não pertencem ao Serviço Social. Cada vez menos as equipes têm se dedicado a elaboração desses documentos. A COFI oferecer oficinas que estimulem a reflexão e a elaboração do projeto de intervenção”, sinaliza Vanessa.

Diversas irregularidades no exercício profissional são oriundas do desconhecimento por parte das profissionais sobre as resoluções e normativas do Conjunto CFESS/CRESS. A COFI lembra que o Conselho e a comissão estão sempre disponíveis para que assistentes sociais recorram num caso de dúvida, seja por telefone, email ou indo à sede.

A conselheira Vanessa finaliza destacando que diante de uma conjuntura econômica e política tão adversa, uma estratégia valiosa para o conjunto da categoria de assistentes sociais é a de manter a capacidade crítica, de analisar a realidade e a crença na capacidade de resistência, e para isso acredita que o CRESS deve ser considerado como um espaço coletivo de articulação e de reflexão da categoria.



Instrumentos e técnicas em Serviço Social

Laudos e pareceres

A elaboração seja de um laudo ou de um parecer exige uma leitura ampliada da realidade por parte de assistentes sociais, tanto em relação ao usuário quanto ao espaço sócio ocupacional em que esses profissionais se inserem. O documento produzido, na maioria das vezes, irá servir como subsídio para decisão de outro profissional. É nessa oportunidade que a assistente social deve mostrar domínio teórico-metodológico e articulação com o projeto ético-político da nossa categoria.

A assistente social Maria Aparecida Evangelista, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, explica que o primeiro passo é conhecer o contexto institucional.

“Porque é ali que você vai perceber a correlação de forças, os objetivos institucionais do seu demandante. E, a partir disso, conduzir seu trabalho numa posição atendida com o projeto ético-político. Tem que se conhecer o terreno de atuação. Em algumas áreas, a decisão sobre a inserção ou não dos sujeitos nos programas e projetos, por exemplo, cabe ao próprio profissional. Nesses espaços, em geral, não há uma demanda de terceiros por pareceres. Já no caso do judiciário, previdência, algumas empresas e no serviço militar, onde o parecer poderá ser decisivo para o acesso a direitos, quem demanda e decide, via de regra, é alguém que não é assistente social. Nesse momento, a profissional não deve elaborar um laudo com o fim de se concordar ou não com os objetivos institucionais, mas construir um documento em sintonia com as dimensões que norteiam o fazer da categoria e saber trabalhar com e nas lacunas”, ilustra.

Para Maria Aparecida, a produção do documento deixa evidente o posicionamento da assistente social. As informações contidas no laudo é como um DNA, a estrutura que revela o compromisso com as demandas políticas, sociais e econômicas e a viabilização do acesso a direitos humanos por parte dos usuários.

“O parecer, laudo ou relatório social são documentos que vão identificar a profissão e também a profissional. Se você faz um documento e não fica claro se foi uma assistente social, uma psicóloga ou uma pedagoga que produziu, quem



“O parecer, laudo ou relatório social são documentos que vão identificar a profissão e também a profissional”

Maria Aparecida

solicitou o documento não vai identificar as especificidades de cada categoria. O documento revela, ainda, o perfil da profissional comprometida com a promoção, com o protagonismo do usuário ou uma profissional que estigmatiza e o culpabiliza por suas mazelas. Para além de subsidiar a decisão de outrem, o documento traz em seu bojo a identificação da categoria e da profissional”, reflete.

A dimensão interventiva

Outra discussão recorrente nos espaços onde a produção de laudos e pareceres ocorre é de que é um trabalho resultante da atividade de perito, não caberia intervenção. Nesse ponto a análise de Maria Aparecida é enfática: “você pode escolher atuar só como perito: atendo o usuário, faço a entrevista,

e em determinado momento envio esse documento e acabou. Aí você não vai para um estudo atrelando a história do usuário com o contexto da realidade social. A profissional acaba se limitando a atender somente o que o mandatário determina. Fica realmente complicado. Mas qual é característica principal da assistente social? É a intervenção na realidade. É isso que diz que sou uma assistente social. É esse o caráter do fazer da profissão. Uma profissional em seu fazer, mesmo na atividade de perícia, tem de considerar essa dimensão”, defende.

O exercício permanente

A lógica do cotidiano profissional muitas vezes contribui para que assistentes sociais não encontrem tempo para refletir sobre suas práticas. O risco que se corre é entrar

no pessimismo de que nada vai adiantar para mudar a realidade, ou incorrer no messianismo. Essa tênue relação deve ser analisada dentro da formação permanente.

“No CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], a equipe de Serviço Social realizava atendimentos conjuntos com psicólogas e assinávamos juntas o relatório psicossocial. No entanto, em seguida, tomamos conhecimento da resolução do CFESS sobre laudos e pareceres que orienta a nossa categoria a não assinar documentos conjuntos [Resolução 557/2009]. Depois que nós entendemos o porquê da normativa, começamos a corrigir nossos erros. Tem que se ter tudo muito delimitado o que é o ‘meu’ e o que é ‘seu’. Isso para que nenhuma profissional entre no campo de conhecimento da outra e as assistentes sociais não firam sua autonomia”, relembra a assistente social Veronica Silviano, da prefeitura de Angra dos Reis.

Após essa experiência, Verônica decidiu junto à sua equipe se reunir durante três horas, toda quarta-feira, em um grupo de estudo. “Demandamos da gestão, porque há uma previsão de formação dentro da política, mas como nunca chegou articulamos entre as profissionais esses encontros. Sentamos toda a semana, lemos textos, fazemos fluxo do trabalho, dentre outras atividades. Esse diálogo e essa articulação são fundamentais”, pontua.

O lugar do usuário

“Não podemos perder de vista que nós não trabalhamos com o sujeito individualizado, trabalhamos com a dinâmica social em sua totalidade. A assistente social acha que não tem poder. Mas um laudo ou parecer vai definir o futuro de uma pessoa, o acesso ou não a determinado benefício. Temos o poder do saber, a capacidade de compor uma fotografia da realidade na qual o sujeito se insere. Por isso é importante a postura crítica”, afirma Maria Aparecida.

Um estudo que leva meses, com levantamentos de informações, entrevistas, visitas num contínuo trabalho de análise crítica da realidade, resultará na estrutura do laudo ou parecer final.

“Como se dá esse instrumento? Quando atuava na medida socioeducativa do CREAS, o que geralmente chegava eram solicitações de relatórios para a elaboração de um parecer. Pediam para avaliarmos o desenrolar de processos das mediadas do meio aberto. A partir desse levantamento, nossa equipe dava o parecer. Entendo laudos e pareceres como sendo a avaliação final de todo o processo já feito dentro de uma unidade



“Entendo laudos e pareceres como sendo a avaliação final de todo o processo já feito dentro de uma unidade de atendimento”

Veronica Silviano

de atendimento. O parecer demandava um estudo aprofundado, muito longo, num período pré-determinado pela justiça”, relembra Veronica.

Na avaliação de Maria Aparecida, os laudos e pareceres são a materialização do que foi possível obter por meio do Estudo

Social. São documentos que vão conter a análise da realidade social, institucional e do sujeito envolvido na situação. “Podemos chamar de relatório, parecer ou laudo. Acho que nunca chamar de estudo social. Porque o estudo é o pormenor de seu trabalho, é a nossa metodologia de atuação”, finaliza.

Resolução CFESS Nº 557/2009

O documento lançado em 15 de setembro de 2009 orienta, em seu texto, a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre a assistente social e outros profissionais.

“Considerando que o profissional assistente social vem trabalhando em equipe multiprofissional, onde desenvolve sua atuação, conjuntamente com outros profissionais (...) a elaboração, emissão e/ ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de SERVIÇO SOCIAL por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações é atribuição privativa do assistente social, devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social de sua área de atuação, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei 8662/93 e pressupõem a devida e necessária competência técnica, teórico-metodológica, autonomia e compromisso ético.”

Outras ações do CRESS

Outubro/novembro de 2015

Reunião com os Centros de Cidadania LGBT – Debate, dia 16/11, com membros da equipe técnica dos CCLGBT e do “Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos/UERJ” sobre a grave situação do programa estadual Rio Sem Homofobia.

Marcha das Mulheres – O CRESS se fez presente na marcha, dia 25/11, que marcou a abertura da “Campanha Mundial dos 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”.

5º Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social – Representantes do CRESS (diretoria, funcionários e base) estiveram presentes no evento realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, entre os dias 19 e 21/11.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais – A última palestra da série em 2015, organizada pela Comissão de Assistência Social do CRESS, foi realizada dia 26/11 mais uma vez com o auditório lotado.

Seminário Ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas – Realizado dia 05/11, no Sindicato dos Trabalhadores da Petrobras (SINDIPETRO), o evento foi organizado pelas comissões de Educação e a GEDS. Na oportunidade houve exposição e venda de artesanato e exibição de pôster.



II Seminário Estadual de Gênero, Etnia/Raça, Diversidade Sexual e Serviço Social – O evento foi realizado dia 13/11, organizado em parceria do CRESS-RJ com o PROAFRO-UERJ. O encontro debateu a articulação destes temas com o exercício profissional. Também foram comemorados os 15 anos da GEDS.

Reunião do Fórum de Saúde – Realizada no dia 24/11, o CRESS participou mais uma vez da reunião deste que hoje é um dos mais importantes coletivos de resistência na direção da defesa do SUS totalmente público, estatal e gratuito.

Oficina Supervisão Direta em Estágio – Dia 10/11, na seccional de Campos dos Goytacazes, e teve como tema “A supervisão como atribuição privativa de assistentes sociais”.

Oficina Nacional de Graduação e Pós-Graduação da ABEPSS – Representantes do CRESS marcaram presença no evento que foi realizado dias 4 e 5/11, na UERJ.

Sigilo profissional – O CRESS esteve como palestrante na mesa “Sigilo e autonomia profissional”, como parte do ciclo de debates “Serviço Social: atuação do assistente social no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro”, na sede do TJRJ, dia 27/11.

Elaboração de pareceres éticos – A oficina realizada junto às comissões de instrução, dia 27/11, aconteceu no CRESS.

VI Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, em Curitiba/PR – O CRESS-RJ esteve como palestrante na mesa “Ética e sigilo profissional na defesa de direitos: questões sobre o trabalho interdisciplinar”, dia 12/11. Já no dia 30/11, o nosso Conselho debateu o tema “sigilo profissional” no X Fórum das COFI’s da Região Sul, na mesma cidade.

Direitos Humanos e Formação Profissional – Promovida pelo curso de Serviço Social da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, a mesa contou com a participação do CRESS como palestrante no dia 30/10.

Reunião com profissionais do DEGASE – A COFI e a comissão Sociojurídica se reuniram, dia 19/10, com assistentes sociais do DEGASE para discutir os desafios atuais para o Serviço Social nesta instituição.

Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde – No dia 13/10, no qual o CRESS/RJ tem assento.

III Oficina de relatoria da 15ª Conferência Nacional de Saúde – Aconteceu em 20/10, em Brasília, durante atividade do Conselho Nacional de Saúde.



IV Seminário Serviço Social em Empresa “O trabalho em tempos de crise do capital” – Organizado pelo CRESS, o seminário realizado dia 06/11, na UERJ, abordou os impactos da precarização do trabalho e o exercício profissional. Na oportunidade foi lançado o livro “O Serviço Social em empresas para além da crítica”.



Não à privatização dos presídios – O CRESS participou da audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, dia 05/11, sobre o tema. O subsecretário estadual de Administração Penitenciária, afirmou, durante audiência, que a secretaria não pretende privatizar qualquer unidade prisional no estado. No entanto, ele não descartou a possibilidade de, no futuro, contratar serviços de cogestão (leia-se: “OS”) para atuar nos presídios. (D, A FOTO DESSE EVENTO TÁ COMO ALERJ)

na reunião do dia 9/10 para avaliações e organização dos futuros debates.

Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Saúde – Em função dos crescentes processos de privatização, o Conselho se reuniu extraordinariamente no dia 24/11 com a seguinte pauta: rede de saúde do estado; Organizações Sociais; Fundação Saúde; terceirização da gestão e da força de trabalho, regulação de vagas e dispensação de medicamentos. O CRESS esteve presente.

Criminalização da Pobreza – O CRESS participou do debate com estudantes sobre o tema na ESS/UFRJ, no curso de extensão “Lutas em Cena”, realizado dia 17/11.

Audiência Pública na Câmara dos Municipais do Rio de Janeiro – O CRESS esteve presente na audiência quando foi apresentada proposta de adequação da Resolução 20 pela “Comissão de Memória e Síntese do Grupo de Trabalho POP Rua Criança e Adolescente”, realizada no dia 15/10.

Reunião com as Representações Externas do CRESS – Muitas assistentes sociais representam o CRESS em espaços de controle social e fóruns de debates. No dia 21/10 foi realizada reunião com estas importantes representações de base.

Fórum de Saúde do Rio de Janeiro: roda de conversa A conjuntura e a 15ª Conferência Nacional de Saúde – O CRESS esteve presente no evento de preparação para a conferência, realizado em 10/11.

Evento do Núcleo Maria Conga e Andorinhas – Realizado no dia 12/11 com o tema “Exercício Profissional e Organização Político-Sindical”, em Niterói.

II Seminário Internacional Justiça Restaurativa: um novo olhar sobre a experiência infracional – Participação do CRESS no evento realizado no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, dia 18/11.

Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos RJ – O CRESS participa permanentemente das atividades da Frente, como por exemplo

VI Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública – O CRESS participou das reuniões organizativas nos dias 20/10, 28/10 e 04/11, realizadas no ANDES, que teve como pauta: reorganização do Fórum; organização de plenária e discussão sobre a realização dos encontros estadual (abril) e nacional (junho), ambos em 2016.

VIII Comitê Gestor estadual de erradicação do sub-registro de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica – O CRESS tem sido representado no Comitê pela assistente social Andreia Pequeno, em diversas reuniões e demais atividades.



CRESS acompanhando o Plano Verão – Diversas reuniões aconteceram e continuam ocorrendo para dar continuidade aos debates sobre as ações e suas implicações com assistentes sociais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.



O CRESS na 7ª Conferência Estadual de Saúde – Aconteceu no Maracanãzinho entre os dias 01 a 04/10. A direção do CRESS marcou presença nesse importante espaço de debates e deliberações sobre a política de saúde em todo o estado.

Educação

Ensino das culturas afro e indígena ainda está longe da efetivação

A efetivação na grade curricular do ensino formal da história e cultura negra e indígena ainda está longe da realidade. Em parte, a crítica é dirigida à própria formação do corpo docente: os cursos de graduação em licenciatura ainda não oferecem de maneira ampla disciplinas específicas aos formandos. E de outro, a política existe no papel, sob a Lei 11.645/08, mas a sua implementação depende de ações que vão além da legislação no papel.

Júlio Candoque, historiador e militante do Quilombo Raça e Classe, pensa a possibilidade da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas como uma espécie de luta afirmativa e/ou valorativa.

“No nosso tempo de primário, nós não tivemos essa discussão, porque ela foi proibida. Depois da República, já dizia Abdias Nascimento, o negro desapareceu da história do Brasil e discutir negro era discutir racismo. O que não existia, afinal de contas a ideologia dominante prega que não existe racismo no Brasil... A partir do momento em que você recoloca, a partir das cotas, a partir das ações afirmativas e a partir também dessa obrigatoriedade do ensino da história africana e indígena nas escolas, eu percebo o empoderamento dessa população jovem que está nas escolas e pode aprender. A vinda dessa discussão me traz uma nova luta pelo poder que deve ser feita”.

A mudança do material didático e o aumento das discussões em sala não modificaram a realidade das salas de aulas



desde 2008, quando a lei entrou em vigor. Em muitas escolas o ensino das relações étnico-raciais ainda se restringe a ações pontuais como as comemorações do dia do índio e do dia da consciência negra. Mesmo assim depende da iniciativa individual dos professores. O tema precisa ser institucionalizado como política pública efetivamente.

“Um grande problema está na falta de formação de professores que se graduaram há alguns anos e não tomaram contato com essa discussão na universidade. A importância deste ensino está em mostrar que povos africanos e indígenas têm uma história tão rica quanto gregos ou romanos. Indígenas e africanos não foram bárbaros nem escravos. Foram escravizados. O fundamental é que o aluno entenda que eles eram povos livres, criadores, com um sistema complexo de cultura. Essa inclusão é fundamental para que descendentes dos povos afro-indígenas sejam

realmente respeitados nessa sociedade”, afirma o professor de história da rede estadual Leonardo Lusitano.

Serviço Social

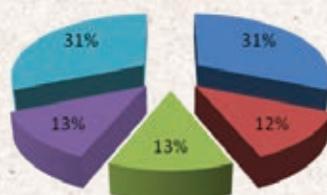
Durante o seminário “Ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas”, organizado pelas Comissões de Educação e de Gênero Etnia e Diversidade Sexual (GEDS) em novembro passado, foram levantados números que mostram como está a inserção das temáticas na rede de ensino e nos locais de trabalho de assistentes sociais. Cerca de 50 participantes responderam a pesquisa.

“O racismo no Brasil é ‘velado’ é escamoteado em atitudes que só quem tem uma observação mais atenta politicamente percebe. Parece-nos muito significativo o percentual de apenas 42% quanto a não percepção da discriminação/preconceito contra negros e/ou indígenas, num país que se diz não racista. O racismo se expressa de forma mais agressiva quando voltado para os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Registre-se que ao saírem de suas aldeias os indígenas não são contabilizados como indígenas, tornando esta parcela da população brasileira invisível, inclusive para as políticas públicas”, afirma o relatório final da pesquisa.

Lei 10.639/03 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira.

Como atua em relação à questão do Ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira e indígena

- Ações coletivas (núcleos, projetos, pesquisas, debates)
- Ações individuais
- Não atua na área
- Sem resposta
- Estudante



Cumprimento das leis federais 10.639/03 e 11.645/08 no local em que atua

- Sim
- Não
- Sem informação

